

REUNIÃO DE CONJUNTURA

30/10/2017

Conjuntura Local

Reforma trabalhista e investimentos (José Pastore – 26/10/2017)	1
Na contramão (Alexandre Schwartzman – 25/10/2017)	2
Palpite autoritário (Marcos Lisboa – 22/10/2017)	3
Seriedade gera emprego, mas quantos acreditam? (Rolf Kuntz – 22/10/2017)	4
Vizinhos sul-americanos diminuem dependência do Brasil (Marcos Troyjo – 25/10/2017)	5
Ganhar produtividade é hoje o maior desafio do Brasil (Mailson Ferreira da Nóbrega – 24/10/2017)	7
Na escalada das desonerações, deu-se a mão e perdeu-se o braço (Laura Carvalho – 26/10/2017)	8
2018, estelionato eleitoral ou verdade? (Pedro Ferreira e Renato Fragelli – 25/10/2017)	9



Reforma trabalhista e investimentos (José Pastore – 26/10/2017)

José Pastore é professor da USP e foi membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 1990-1991.

* * *

Uma vez aprovada a Lei 13.467/2017, entidades empresariais e laborais passaram a promover seminários e a produzir documentos para explicar aos seus públicos as novas regras. Afinal, a nova lei trouxe importantes inovações no campo da segurança das relações do trabalho.

Para os investidores, essa segurança é fundamental, pois ninguém investe ao saber que as regras de uma lei podem não valer no dia de amanhã. É isso que foi dito por membros da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e do quadro de auditores fiscais. Em reunião da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), eles lançaram um balde de água fria na almejada segurança. Os 125 enunciados recém-publicados esterilizam a Lei 13.467/2017 do começo ao fim. E mais: os juízes presentes ameaçaram não aplicar as regras daquela lei, argumentando que “a norma não é a lei, e sim o que se extrai da lei”. Como ninguém sabe o que os juízes extrairão da lei no dia de amanhã, não há como garantir aos investidores que as regras explicitadas na Lei 13.467/2017 regerão seus negócios depois da interpretação daqueles magistrados.

Essa ameaça é grave. Investidor, no mundo inteiro, foge da insegurança jurídica provocada por autoridades que têm poder para anular acordos e aplicar penalidades.

O argumento mais recorrente é o de que muitas regras da nova lei violam a Constituição federal. Uma das principais violações residiria no fato de a Lei 13.467/2017 admitir que o negociado prevalece sobre o legislado. Segundo os críticos citados, isso só vale quando o negociado for mais favorável aos trabalhadores.

Para os investidores, essa segurança é fundamental, pois ninguém investe ao saber que as regras de uma lei podem não valer no dia de amanhã. É isso que foi dito por membros da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e do quadro de auditores fiscais. Em reunião da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), eles lançaram um balde de água fria na almejada segurança. Os 125 enunciados recém-publicados esterilizam a Lei 13.467/2017 do começo ao fim. E mais: os juízes presentes ameaçaram não aplicar as regras daquela lei, argumentando que “a norma não é a lei, e sim o que se extrai da lei”. Como ninguém sabe o que os juízes extrairão da lei no dia de amanhã, não há como garantir aos investidores que as regras explicitadas na Lei 13.467/2017 regerão seus negócios depois da interpretação daqueles magistrados.

Essa ameaça é grave. Investidor, no mundo inteiro, foge da insegurança jurídica provocada por autoridades que têm poder para anular acordos e aplicar penalidades.

O argumento mais recorrente é o de que muitas regras da nova lei violam a Constituição federal. Uma das principais violações residiria no fato de a Lei 13.467/2017 admitir que o negociado prevalece sobre o legislado. Segundo os críticos citados, isso só vale quando o negociado for mais favorável aos trabalhadores.

Para quem milita há décadas no campo trabalhista e acompanha centenas de negociações entre empregados e empregadores, surge a pergunta: quem decide o que é mais favorável para os trabalhadores? Os fiscais, os promotores e os juízes ou os próprios trabalhadores? Se estes são os detentores dos direitos, nada mais lógico do que dar a eles a liberdade para decidir o que é mais útil para si em cada situação concreta.

O que há de errado com empregados que concordam com redução de salário para manter seus empregos no momento da recessão? Ou dos que concordam em deslocar o dia feriado na semana (para evitar as longas “pontes”) em troca de uma gratificação? Ou daqueles que preferem caprichar no seu desempenho para merecer um prêmio?

Na discussão do mais favorável é imprescindível levar em conta a opinião dos trabalhadores. Por que só fiscais, promotores e juizes podem opinar sobre sua vida?

A reforma trabalhista seguiu o salutar princípio de abrir liberdade, mantendo proteção. Assim, se empregados e empregadores quiserem negociar coletivamente reduzir o horário de almoço, isso pode ser feito e será respeitado – é a liberdade –, mas, se não quiserem, continuarão com os 60 minutos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atual – é a proteção. E assim ocorre com todos os direitos: as partes ganharam liberdade e mantiveram proteção. Foi o princípio adotado na reforma trabalhista da França: empregados e empregadores podem negociar uma jornada de trabalho semanal de 40 ou 44 horas. Mas, se não quiserem, a jornada continuará sendo de 35 horas – como prevê a lei francesa. Está aí: liberdade com proteção. O que há de errado nisso?

Felizmente, o ministro Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), acredita que a maioria dos juizes aplicará a lei como aprovada pelo Congresso Nacional. Oxalá assim seja. Isso atrairá investimentos e criará empregos. Tudo o que o Brasil precisa.

Fonte: Estadão

Na contramão (Alexandre Schwartzman – 25/10/2017)

Alexandre Schwartzman é doutor em economia pela Universidade da Califórnia e foi diretor de Assuntos Internacionais do BC.

* * *

Decidi que irei subir a Haddock Lobo na contramão. As disposições da CET não devem ser consideradas, pois contrariam a Constituição Federal, artigo 5º, inciso XV, que estabelece a liberdade de locomoção. Aliás, a Declaração Universal de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, deixa claro que toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção, o que reforça a minha interpretação da CF e me libera automaticamente de todas as multas que possam ser aplicadas.

Concordam? Desconfio que não.

Não bastasse o absurdo generalizado do primeiro parágrafo, a verdade é que, muito embora eu possa interpretar a CF da maneira que quiser, a única instituição capaz de fazer valer sua própria interpretação do texto constitucional é o Supremo Tribunal Federal. Podemos gostar (ou não) da hermenêutica do STF, mas a palavra final, conforme estabelecido pelo regramento básico do país, é dele, não minha, nem de qualquer outra pessoa, ou instituição.

Isto é óbvio, claro. No entanto, recentemente a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) orientou seus filiados a não obedecer às mudanças estabelecidas pela reforma trabalhista (lei 13.467/2017) aprovada este ano pelo Congresso Nacional, e que deverá entrar em vigor no dia 11 de novembro. Segundo alguns juizes, preceitos da lei contrariariam a Constituição, bem como acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Isso dito, trata-se apenas de opinião de juizes (e, em alguns casos, procuradores) da Justiça do Trabalho. Posso estar perdendo algo, mas, até onde sei, nenhum deles faz parte do STF, e, mesmo se fizessem, não houve nenhuma manifestação do Supremo quanto à constitucionalidade da lei. Sua opinião a respeito vale, do ponto de vista jurídico, tanto quanto a minha acerca de conduzir meu carro sem consideração pelas regras de trânsito, ou seja, nada.

Fosse este um caso único, o dano ainda poderia ser limitado, ainda que a incerteza apenas em torno do mercado de trabalho ainda possa fazer um estrago considerável. O problema, porém, não se resume a um exemplo solitário. A incerteza jurídica, ou melhor, institucional, é perversiva no país, abrangendo do mercado de trabalho à questão ambiental, passando por quebras de contratos em setores privatizados, ou concedidos à iniciativa privada, entre outros.

Não se trata simplesmente de termos regras ruins; em tal caso o investidor incorpora a regra ao seu planejamento e preços refletem sua qualidade. Em muitos casos, porém, não há como saber ao certo se as regras acertadas entre as partes (boas ou ruins) serão devidamente aplicadas. Neste contexto não há como investidores – notem que aqui pouco me preocupa se falamos de nacionais ou estrangeiros– determinarem taxas esperadas de retorno, porque estas dependem do conjunto de normas efetivamente vigente, desconhecido no caso.

O resultado é pouco investimento e baixo crescimento, em linha com a teoria econômica, que aponta para a qualidade das instituições como o fator determinante da prosperidade, proposição corroborada pela evidência empírica disponível.

À luz do desempenho nacional dos últimos 40 anos (crescimento de 1% ao ano da renda per capita), o que parece uma teoria abstrata se torna subitamente uma realidade para lá de dolorosa.

Fonte: Folha de São Paulo

Palpite autoritário (Marcos Lisboa – 22/10/2017)

Marcos Lisboa é doutor em economia pela Universidade da Pensilvânia. Ele foi secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005 e é Presidente do Insper.

* * *

A legislação pode ter impactos mais sutis do que sugere a intuição. Regras que pretendem proteger o trabalhador, por exemplo, podem ter efeito inverso ao pretendido, como maior desemprego ou prejuízo para as minorias, como revela a pesquisa acadêmica embasada pela análise cuidadosa dos dados comparando diversos países. Os artigos de Lawrence Kahn são um bom ponto de partida.

No caso do Brasil, estudos apontam que a legislação trabalhista estimula comportamentos oportunistas que resultam em baixos salários, alta informalidade e menor produtividade.

A distorção por aqui é tão grande que o gasto com seguro-desemprego aumenta quando a economia está crescendo e há poucos desempregados. Não deveria surpreender. Quando o mercado está aquecido, muitos preferem ser demitidos, pois vão receber o FGTS e a multa de 40%, além do seguro-desemprego durante o pouco tempo necessário para conseguir trabalho.

O resultado é a alta rotatividade da mão de obra, o menor desenvolvimento de habilidades específicas pelas trocas frequentes de emprego e a baixa produtividade que prejudica tanto as empresas quanto os trabalhadores. Pena que a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso, que promove diversos avanços, não tenha corrigido essa distorção decorrente de regras mal desenhadas.

Nossa legislação é bastante diferente da observada nos países desenvolvidos e mesmo em vizinhos, como Colômbia, Chile e Peru. Aliás, a maioria nem mesmo possui justiça do trabalho.

As mais de 3 milhões de novas ações trabalhistas, apenas em 2016, destoam e muito do observado no resto do mundo. São demasiados os sinais de que estamos fazendo algo muito errado.

Alguns discordam da reforma, optando por muita opinião e discurso de autoridade. Seria bom que deixassem de lado as palavras de ordem e passassem a debater com base na evidência, como se espera de servidores responsáveis.

A terceirização resulta em piores condições de trabalho? Existem evidências de que trabalhadores que negociam com mais liberdade o contrato de trabalho têm piores condições de vida? Ou as críticas decorrem apenas de um palpite?

Um velho estatístico dizia: "Em Deus nós confiamos. Todos os demais tragam dados".

Representantes da Justiça do Trabalho afirmaram que não irão cumprir a legislação aprovada pelo Congresso eleito pela maioria. "As regras trabalhistas foram

criadas para impor...limites...à exploração do trabalho pelo capital". A reforma, porém, promove "proteção ao tomador de trabalho". "Logo, suas regras não são trabalhistas" e, por isso, dizem, negam a Constituição.

Tempos de manifestações tão superficiais quanto autoritárias.

Fonte: Folha de São Paulo

Seriedade gera emprego, mas quantos acreditam? (Rolf Kuntz – 22/10/2017)

Rolf Kuntz é professor titular de Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP) e colunista de economia do jornal "O Estado de S. Paulo".

* * *

Seriedade, quem diria, pode gerar crescimento, emprego e renda, mas, segundo uma tese muito popular em Brasília, pode também atrapalhar uma eleição ou reeleição. A crença nessa tese é hoje, e provavelmente será na maior parte do próximo ano, a principal ameaça à recuperação da economia brasileira. A preocupação apareceu, mais uma vez, numa palestra da secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, em São Paulo. Depois de citar a melhora dos indicadores econômicos e os bons efeitos do esforço de arrumação das contas públicas, ela resumiu: "Disciplina fiscal rende, sim, crescimento sustentável".

Mas será preciso, acrescentou, deixar essa mensagem mais clara para a sociedade em 2018, ano das próximas eleições. Falta saber quem se encarregará desse trabalho. Políticos em busca de votos para chegar ao Congresso ou lá se manter? Candidatos, ainda incertos ou desconhecidos, à Presidência da República? Provavelmente será muito mais fácil usar a linguagem populista, ou aparentada ao populismo, se a economia, como calculam muitos especialistas, ainda estiver crescendo na faixa, nada espetacular, de 1,5% a 2%. Muito mais trabalhoso será mostrar o avanço realizado a partir do fundo do poço e expor os fatos com racionalidade.

Os dados, no entanto, são simples e claros e têm sido divulgados, nem sempre com destaque, pelos meios de comunicação. Tome-se, por exemplo, a arrecadação federal de setembro. A parcela administrada pela Receita Federal chegou a R\$ 103,89 bilhões, valor 8,68% maior que o de um ano antes, descontada a inflação. A soma foi levemente engordada por dois itens atípicos, a renegociação de dívidas fiscais em atraso, o chamado novo Refis, e o aumento do PIS/Cofins cobrado sobre combustíveis. Descartados esses componentes, sobraram R\$ 98,26 bilhões, uma arrecadação 5,19% superior à de setembro de 2016.

Esse ganho é explicável, como indicou o relatório, por fatores como o aumento da massa de salários, o crescimento da produção industrial, o início de recuperação do varejo e a elevação das importações.

Todos esses dados são indicadores da recuperação econômica. A reação começou no primeiro trimestre, puxada estatisticamente pela agricultura, e em seguida ganhou impulso com a movimentação crescente da indústria. A reação do consumo tem sido moderada, mas suficiente para mostrar os primeiros efeitos da melhora da renda familiar. Essa melhora explica os aumentos de arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte e das contribuições pagas à Previdência.

No exame dos fatos geradores da arrecadação os técnicos da Receita Federal discriminam alguns dados de agosto, comparados com os de um ano antes. A lista inclui, entre outros itens, variações positivas da produção industrial (+3,97%), das vendas do comércio varejista (+5,77%) e da massa de salários (+4,87%).

Para compreender mais amplamente o quadro é preciso ir além dos detalhes destacados no relatório da Receita Federal. O aumento real da massa de salários é atribuível em parte à criação de empregos e em parte ao recuo da inflação. Desde o segundo semestre do ano passado os preços de bens e serviços consumidos pelas famílias têm subido muito mais lentamente do que haviam subido até a transição de governo. Isso se explica parcialmente pela recessão e, é claro, pela dura política de

juros do Banco Central, atenuada de forma gradativa a partir de outubro do ano passado. Desde esse momento os juros básicos caíram de 14,25% para 8,25% ao ano e ainda poderão cair mais um pouco, talvez até 7%.

Nos 12 meses terminados em setembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 2,54%, ficando pouco abaixo do limite inferior da margem de tolerância (3%). Além disso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), baseado nos orçamentos de famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, subiu apenas 1,63%. Isso significa menor corrosão da renda familiar e maior espaço, no orçamento, para a diversificação de despesas. Obviamente esse detalhe se reflete em maior demanda de bens industriais e de vários serviços.

Em agosto, a produção da indústria geral foi 4% maior que a de um ano antes. De janeiro a agosto superou por 1,5% a de igual período de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve condições, portanto, para a criação, de janeiro a setembro, de 81.523 empregos formais na indústria de transformação. O total gerado nos vários setores, em nove meses, chegou a 208.874 (diferença entre admissões e demissões). O acumulado em 12 meses continuou negativo (-466.654), mas esse buraco está sendo gradativamente fechado. O desemprego total continua muito alto, mas também tem diminuído, até mais velozmente do que se previa até há pouco.

A recuperação da economia tem ocorrido, em suma, com inflação declinante – e já quase civilizada – e enquanto o governo tenta arrumar as contas públicas, devastadas na administração anterior. O cenário desmente mais uma vez algumas velhas crenças da chamada heterodoxia – teses favoráveis ao desleixo orçamentário e à tolerância à inflação.

Disciplina fiscal, como disse a secretária do Tesouro, rende, sim, crescimento sustentável. O controle da inflação, crescente-se, também favorece o aumento dos negócios e do emprego. Mas boa parte dos políticos mostra pouca ou nenhuma disposição para sustentar essa mensagem. Esse grupo inclui, naturalmente, muitos parlamentares da chamada base governamental.

Se esses decidirem deixar para depois a reforma da Previdência, o crescimento previsto para os próximos anos estará em risco. Na pior hipótese, os ganhos obtidos na área fiscal, na reativação econômica e no controle da inflação poderão ir pelo ralo. Os espertos arranjarão alguém para culpar, talvez os neoliberais ou os vilões do Império. Por que não?

Fonte: Estadão

Vizinhos sul-americanos diminuem dependência do Brasil (Marcos Troyjo – 25/10/2017)

Marcos Troyjo dirige o BRICLab da Universidade Columbia em NY, onde é professor-adjunto de relações internacionais e políticas públicas.

* * *

"O Brasil é o fulcro". Isso é o que defendia o Council on Foreign Relations, principal think-tank dos EUA em assuntos globais, quando analisava a América do Sul no início da década passada.

Num dos mais eloquentes textos já produzidos por observadores internacionais sobre a importância do Brasil, o "Council" convidava Washington a priorizar relações com Brasília.

"O Brasil é importante demais em tudo que pode acontecer na América do Sul para que os EUA mantenham simplesmente uma política de 'negligência benigna' ('benign neglect')".

Tal documento —intitulado "Uma Carta ao Presidente e um Memorando sobre a Política dos EUA para o Brasil"— jamais conseguiu a resposta em termos de

cooperação bilateral que o potencial das duas maiores democracias do Ocidente projeta. Muito disso, claro, não foi culpa do Brasil.

Essa questão da centralidade do Brasil em assuntos sul-americanos é óbvia — e antiga. O Brasil é da região o maior ator em economia, território e população.

Não estranha assim que nossos vizinhos —e nós próprios— tenhamos nos acostumados à imagem do Brasil como grande proponente de iniciativas regionais ou como fator determinante da "sorte" do subcontinente. Ou seja, para onde apontasse a "liderança" brasileira àquela direção seguiria a América do Sul.

Estivesse economicamente bem o Brasil, benéficos seriam os efeitos multiplicadores para toda a região. Se em dificuldades, todas amargariam a "velocidade de comboio" —aquela estabelecida pelo veículo mais lento— ditada pelo baixo desempenho do Brasil.

Há meros sete anos, quando um popularíssimo Lula elegia sua sucessora, o quadro acima parecia confirmar-se. Mercosul, Unasul, um modelo de capitalismo de estado capaz de entregar elevado crescimento, inclusão social e cooperação sul-americana —todas estas dimensões reforçavam duas noções. Primeira, na América do Sul, a liderança brasileira é natural. Segunda, o que é bom para o Brasil é bom para a região.

Dinâmicas recentes, contudo, têm posta à prova muitas dessas certezas sul-americanas. Ninguém mais na região acha que o Brasil dispõe de "fórmula mágica" de crescimento com inclusão social que possa ser alastrada para a vizinhança mediante geometrias de integração propostas por Brasília.

O Mercosul tem de ser reinventado. A Unasul e sua visão de mundo estão relegadas à irrelevância. A expansão automática pela América do Sul de nossas "campeãs nacionais", na ausência da coincidência ideológica que fomentou negócios na região até há pouco, encontra-se barrada por limites orçamentários, empresariais e jurídicos.

Foi-se a época de uma liderança "inercial" do Brasil em sua região. Em temas como paz na Colômbia, crise na Venezuela, investimentos na Argentina ou comércio exterior no Paraguai e Uruguai, o protagonismo brasileiro terá de ser reconquistado.

Em termos de estratégia de inserção internacional, Chile, Peru e Colômbia fazem opção preferencial pelo Pacífico. E tal escolha só não é mais pronunciada em virtude da "exceção Trump", que promove a autoflagelação dos interesses norte-americanos na Ásia-Pacífico e atrasa uma maior cooperação entre os signatários originais do TPP.

E, claro, ninguém almeja reproduzir a ampla latitude entre ideologia e matemática que permitiu a emergência da "nova matriz econômica" e seus efeitos devastadores sobre contas públicas, inflação e emprego. Mesmo a Bolívia de Evo Morales, cuja empatia com as forças que chefiam o Palácio do Planalto de 2003 a 2015 era manifesta, jamais se afastou de ortodoxia macroeconômica.

Tudo isso, claro, se dá em conjuntura em que também os EUA têm seu peso relativo apequenado na região e a China expande seu perfil como parceira de comércio e fonte exportadora de capital.

Esse vácuo deixado pelo momento brasileiro tem sido aproveitado por nossos vizinhos de maneiras diversas. Destaco aqui apenas duas.

A Argentina de Macri vem dando passos largos rumo à estabilidade e a confiança. O país encontra-se gerido por executivos competentes e que, ainda com enormes obstáculos, se afastam de experimentalismos macroeconômicos e da dupla nacionalismo-protecionismo.

Essa onda positiva ganhou força nas eleições de domingo passado e aumentam o perfil argentino na região e no mundo. Há pouco improvável, a Argentina tem conseguido recentemente converter-se numa fonte de boas notícias.

Outro fenômeno que merece especial referência é o Paraguai, que trafega na contramão do Brasil. Enquanto amargamos período mais longo e profundo de dificuldades econômicas, o Paraguai cresceu de 2011 a 2016 média anual de 4,5%. Deverá fechar 2017 com inflação de 4,1%, desemprego em 5,5% e 3,6% de expansão do PIB, segundo o FMI.

No caso paraguaio, o contraponto com o Brasil é particularmente perverso. Já que a estrutura tributária do Brasil é pesada e complexa, o Paraguai abaixou alíquotas e simplificou impostos. Como a legislação trabalhista brasileira é uma armadilha para empregador e empregado, o Paraguai a modernizou.

Como o Brasil tornou-se antagonista à produção, o Paraguai a abraçou. E parte determinante do êxito econômico paraguaio recente se dá em sua crescente industrialização.

O Paraguai, assim, alimenta-se do ambiente hostil aos negócios que prevalece no Brasil. Oferece alternativa aos próprios empreendedores brasileiros que, ademais das dificuldades internas, passam a arbitrar custos de outsourcing cada vez mais elevados na China como favoráveis à produção no Paraguai.

Esse conjunto de fenômenos evidencia que a América do Sul está menos "brasilependente" —e de que não é mais estritamente necessário que a maré brasileira se eleve para que o barco de todos os países da região também suba.

O melhor caminho para que o Brasil retome sua projeção externa, também em sua circunstância geográfica, é pôr urgentemente sua casa político-econômica em ordem.

Fonte: Folha de São Paulo

Ganhar produtividade é hoje o maior desáfio do Brasil (Mailson Ferreira da Nóbrega – 24/10/2017)

Mailson Ferreira da Nóbrega foi Ministro da Fazenda e consultor técnico e chefe da divisão de análise de projetos do Banco do Brasil.

* * *

Há quem acredite que o crescimento da economia brasileira depende de uma combinação de juros baixos e câmbio alto. A tese foi posta em prática no governo Dilma com a infeliz Nova Matriz Econômica. Os resultados foram desastrosos, mas a ideia volta e meia aparece. Agora, faz parte do ideário de um dos pré-candidatos à presidência da República.

A experiência mostra que a fonte por excelência do crescimento é a produtividade. Os países mais bem-sucedidos foram aqueles capazes de construir instituições e adotar políticas públicas indutoras de ganhos de produtividade. Mais de 80% do crescimento da economia americana no pós-guerra são explicados por ganhos de produtividade.

No Brasil, o agronegócio deve seu êxito aos ganhos de produtividade. Eles explicam 92,2% de seu crescimento entre 1975 e 2014, segundo artigo de Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Resende Lopes e Daniela de Paiva Rocha na coletânea "Anatomia da produtividade no Brasil", organizada por Regis Bonelli, Fernando Veloso e Armando Castelar Pinheiro (Editora Elsevier, 2017).

A queda de nosso ritmo de crescimento a partir dos anos 1980 se deve ao arrefecimento dos ganhos de produtividade. Segundo a mesma coletânea, nas décadas de 50, 60 e 70, a produtividade cresceu em média 4,6% ano e despencou para apenas 0,6% nas três décadas seguintes. Atualmente, ganhos de produtividade ocorrem quase que tão somente no agronegócio. A indústria tem sofrido perdas.

O aumento do potencial da economia brasileira depende essencialmente da expansão da taxa de investimento e dos ganhos de produtividade. A incorporação de mão-de-obra pode ajudar, mas as mudanças demográficas lhes retiraram o caráter de componente relevante. E nos próximos anos, será difícil ampliar a taxa de investimento, dos magros 16% do PIB para os desejáveis 20% a 25%.

Por isso, a produtividade será a chave de um novo ciclo de crescimento. A recuperação em curso na economia, depois do desastre das gestões petistas, decorre da ocupação da capacidade ociosa, que vai se esgotar nos próximos anos.

Ganhar produtividade depende de melhorar a qualidade da educação, elevar os investimentos (sobretudo em infraestrutura), ampliar as inovações (o que exige avanços institucionais) e ganhar eficiência com reformas para reduzir custos e incertezas. Dentre estas sobressaem a continuidade de modernização da arcaica legislação trabalhista e a construção de um sistema tributário eficiente e justo, deixando para trás o caos atual.

Resolver o problema fiscal e evitar um encontro fatal com a insolvência do setor público será a tarefa mais premente do próximo governo, mas atacar as causas que nos têm tornado um país de baixo crescimento é o maior desafio. Disso dependerá o aumento do potencial de crescimento e a redução da ainda gritante situação de pobreza e desigualdade.

Fonte: Veja

Na escalada das desonerações, deu-se a mão e perdeu-se o braço (Laura Carvalho – 26/10/2017)

Laura Carvalho é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC).

* * *

Em entrevista ao jornal El Mundo publicada no último domingo (22), o ex-presidente Lula afirmou que o maior erro dos governos do PT "foi exagerar nas políticas de desoneração de grandes empresas". "O Estado deixou de arrecadar para devolver aos empresários, e em 2014 saía mais dinheiro do que entrava", completou.

A autocrítica já havia sido feita pela ex-presidente Dilma Rousseff em entrevista ao The New York Times em abril: "uma coisa que eu não teria feito seria aprovar amplas desonerações tributárias. Eu fiz aquilo baseada na crença de que as empresas investiriam mais para gerar mais empregos. Mas não foi o que aconteceu: as empresas aumentaram seus lucros sem investir mais".

O governo Lula implementou diversas medidas de desonerações tributárias. Em particular, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) previa uma série de desonerações voltadas para o setor da construção, de infraestrutura pesada e de alta tecnologia (computadores, semicondutores, equipamentos para televisão digital).

Além disso, em resposta à crise global, o governo implementou em dezembro de 2008 uma política de redução de IPI sobre automóveis, que visava evitar um acúmulo de estoques na indústria. Tal política acabou sendo estendida, em 2009, para setores de bens de consumo duráveis, materiais de construção, equipamentos, móveis e alimentos.

Mas foi durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff que a política de desonerações ganhou centralidade na política econômica. Não se tratava mais de uma medida para o combate à crise e sim de um dos principais eixos das políticas fiscal e industrial do governo.

As primeiras medidas tributárias de desoneração para incentivar setores econômicos foram criadas no Plano Brasil Maior, anunciado em agosto de 2011. O Plano previa a redução de IPI sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos, a concessão de créditos tributários para exportadores e a chamada desoneração da folha de pagamentos.

Apesar do fraco desempenho da economia e da aparente ineficácia dos incentivos concedidos em gerar expansão da produção industrial, dos investimentos e do consumo, o governo aumentou o número de setores beneficiados. A redução de IPI, por exemplo, que inicialmente tinha validade até 31 de agosto de 2012, foi prorrogada diversas vezes e acabou durando até 31 de dezembro de 2014.

O caso da política de desoneração da folha salarial é ainda mais emblemático. O objetivo da política era, supostamente, manter empregos e elevar a competitividade nos setores da indústria mais intensivos em trabalho por meio da redução dos custos com a mão de obra.

Mas de acordo com os dados da Receita Federal, os setores de transporte e construção juntos tinham em fevereiro de 2014 mais trabalhadores incluídos no regime desonerado do que o conjunto de ramos da indústria de transformação. A consequência foi a elevação do custo anual da desoneração da folha de 0,08% do PIB em 2012 para 0,25% do PIB em 2014.

Se hoje parece haver consenso de que a ampliação da política de desonerações não obteve os resultados almejados e contribuiu para deteriorar a situação fiscal do país, ainda não está claro o quanto tratou-se de uma escolha da equipe econômica e o quanto foi fruto de negociações com representantes desses setores que, ao ganhar a mão, quiseram o braço.

Se a autocrítica dos ex-presidentes aponta na primeira direção, a dificuldade de eliminar tais políticas no Congresso sugere o contrário.

Fonte: Folha de São Paulo

2018, estelionato eleitoral ou verdade? (Pedro Ferreira e Renato Fragelli – 25/10/2017)

Pedro Cavalcanti Ferreira é Ph.D pela Universidade da Pensilvânia e professor da Escola de Pós--Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rio de Janeiro, onde é também coordenador do Mestrado Profissional em Finanças e Economia Empresarial pela Escola de Pós--Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rio de Janeiro. É pesquisador do CNPq e da Faperj e foi Secretário Executivo da Sociedade Brasileira de Econometria (2001--2).

Renato Fragelli Cardoso possui graduação em Engenharia Civil de Estruturas pela PUC-Rio, mestrado e doutorado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rio de Janeiro e pós--doutorado pela Universidade da Pensilvânia. É professor associado da Escola de Pós--Graduação em Economia (EPGE) da FGV, da qual também é diretor, e diretor--executivo do Fundo de Pensão da FGV.

* * *

A eleição de 2014 foi uma oportunidade perdida para se discutir a fundo os gravíssimos problemas fiscais - alguns deles estruturais - do país. Todos os candidatos fugiram de um debate sério, enquanto Dilma Rousseff escondia a crise iminente. O resultado é que a maioria da população - e seus representantes - ainda não se convenceu da gravidade de um a tendência que tende a piorar nos próximos anos. Se o mesmo roteiro for repetido na próxima eleição, corre-se o risco de um candidato populista - de esquerda ou de direita - ser eleito, o que trará mais quatro anos de crise econômica.

Após o afastamento da desastrosa administração Dilma, o novo governo deu início a uma bem-sucedida arrumação da casa, tendo conquistado a confiança dos mercados. O resultado começa a ser colhido. A recessão terminou e a inflação, que em 2015 atingiu 10,7%, deverá terminar 2017 no piso da banda. Isso permitirá ao Banco Central reduzir a taxa de juros Selic abaixo do piso histórico de 7,25%. O desemprego começa a cair, enquanto o Ibovespa e o superávit comercial batem recordes.

Mas é preciso ter em mente que a retomada atual é apenas cíclica. Diante da elevada capacidade ociosa, há espaço para uma recuperação sem pressão inflacionária. Mas nada indica uma trajetória sustentável de crescimento à frente, pois isso exigiria investimentos que permanecem estagnados. Ocorre que, num ambiente de profundo desequilíbrio fiscal, com déficit primário de 2,5% do PIB e endividamento público galopante, não se consegue sequer calcular a rentabilidade de um investimento, pois esta poderá ser comprometida crucialmente por um futuro aumento da tributação,

ou pela volta da inflação, caso não haja redução permanente da despesa pública primária.

O governo Temer, por sua fragilidade política, não logrou até agora promover um ajuste fiscal, conforme atesta o déficit primário de R\$ 160 bilhões deste ano. Seu tão celebrado Teto dos Gastos é ainda uma carta de intenções cujo cumprimento dependerá de profundas reformas, entre elas a da previdência, que até o momento não avançou.

Outras reformas microeconômicas importantíssimas, em particular a reforma tributária, terão que ser implantadas, pois a busca frenética por receitas levou os Estados da federação a criarem um cipoal tributário sem precedentes que prejudica imensamente o funcionamento das empresas. São reformas que mexem com grupos de interesse organizados que vêm bloqueando-as há décadas. Somente um governo eleito com o propósito declarado de implantá-las terá cacife político para levá-las adiante. Entretanto, se o próximo presidente esconder o problema durante a campanha eleitoral, não terá legitimidade para implantar qualquer reforma mais profunda.

Em 2014, os analistas de boa formação sabiam que a situação fiscal era dramática, mas o governo Dilma conseguiu escondê-la até as eleições. Para isso lançou mão de vários instrumentos artificiais, como o congelamento de preços de combustíveis, a redução desastrosa de tarifas de energia elétrica e a contenção da taxa de câmbio por meio de venda maciça de US\$ 110 bilhões em swaps cambiais. Após a eleição a realidade se impôs, com correção dos preços artificialmente contidos, o que levou a um salto da inflação, seguida da mais profunda recessão de que se tem registro.

O governo Dilma foi então acusado pela oposição de estelionato eleitoral, por ter feito de tudo para esconder a crise plantada por sua irresponsabilidade fiscal. Mas o fato é que o principal candidato opositor foi conivente com aquela farsa, pois preferiu não denunciar claramente, durante o debate eleitoral, que a crise fiscal era profunda e que seria necessário um severo ajuste para recolocar a economia nos trilhos. Optou por adotar uma estratégia eleitoral oportunista de quem receava perder votos caso levantasse o problema. Temia que sua adversária usasse a previsão de sacrifício à frente como evidência para convencer eleitores de que se ele fosse eleito "tiraria a comida da mesa do trabalhador". A candidata da Rede, Marina Silva, seguiu estratégia semelhante,

Após a abertura das urnas, o resultado foi uma dupla derrota. A primeira foi uma derrota eleitoral de curto prazo. A segunda, com impacto de longo prazo, foi uma derrota política, decorrente do fato de Aécio Neves não ter deixado impregnado na mente do eleitor a necessidade de um ajuste fiscal profundo. A crise plantada por Dilma em seu primeiro governo, que eclodiu implacável após as eleições, poderia ter jogado no colo do PSDB boa parte do eleitorado que se sentiu traído pelo estelionato. Mas o PSDB não deixou na memória popular nenhuma mensagem clara no campo fiscal, nenhum registro inequívoco de que a crise era previsível já no ano eleitoral. Quem não planta não colhe adiante.

O ano de 2018 será um divisor de águas para o país. Caso seja eleito um presidente responsável e com diagnóstico correto, poderão ser implantadas reformas estruturais - previdência, fiscal e tributária, para citar as principais - iniciando-se um longo período de recuperação do tempo perdido. Tempo perdido tanto em termos de crescimento como de implantação de políticas sociais mais agressivas de que o país tanto necessita. Mas a eleição de um populista não está descartada.

Infelizmente, o partido que seria o herdeiro natural do desastre econômico do triênio 2015/2017 não só perdeu parte de seu capital político por erros de estratégia eleitoral, como permanece desnordeado, atolado em disputas internas e parecendo,

cada vez mais, um partido sem ideias e princípios. Ainda há muito tempo até as eleições e o quadro pode e deve mudar. Mas no momento não há razões para otimismo.

Fonte: Valor Econômico